

A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo

Cesar Sanson*

Resumo Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho. Estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, da sociedade do trabalho da reprodução à sociedade do trabalho da bioprodução. Uma passagem da reprodução da vida à produção da vida. Da sociedade do biopoder à biopolítica. Uma transição que envolve uma ressignificação do conceito força de trabalho. A sociedade industrial, taylorista/fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. A sociedade industrial cindiu o operário e reduziu-o a uma máquina produtiva. Assiste-se, agora, a uma transformação significativa do sujeito do trabalho na sua relação com a produção. O capitalismo cognitivo, em sua versão pós-industrial, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, faz emergir uma outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e é portadora de emancipação.

Palavras chave trabalho; sujeito do trabalho; trabalho imaterial; capitalismo cognitivo; biopolítica

Biopolitical production is constitutive of cognitive capitalism

Abstract The last years of the 20th century have given a new design to the working society. Profound transformations happened which changed deeply the mode of production and disorganized the working world we used to know. Right in the core of this displacement it emerges the immaterial economy and the non-material work. These traits are modifying the mode of production and, even more, the relationship between the worker and his work. We are moving from the industrial society to the pos-industrial society, from the society of reproduction work to one of bio-production work. A transition from reproductive life to the production of life; from the society of bio-power to one of bio-politics. This transition implies a new signification for the concept of labour force. The industrial society, on the inspiration of Taylor and Ford, hired a massive amount of workers and pushed them into a technical division of labor, giving them simple and recurring tasks. The industrial society split the manual worker and reduced him into a productive engine. Now it can be seen the significant transformation of the subject person of work in relationship with production. Cognitive capitalism, in its post-industrial version, under the qualitative preeminence of the immaterial work, having its roots grounded in knowledge, communication and cooperation, gave birth to another subjectivity required by

* Doutor em Sociologia. Pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat. Rua João Batista Gabardo, 151, Sítio Cercado, 81900-310 - Curitiba, PR – Brasil. Email: cepat.cepat@terra.com.br

capital but which, at the same time, preserves the worker's autonomy and, hence, makes possible his emancipation.

Keywords work; subject of work; non-material work; capitalism cognitive; biopolitics

“Trinta anos atrás, em muitas fábricas, havia cartazes que intimavam: ‘Silêncio, aqui se trabalha!’. A principal novidade do pós-fordismo consiste em ter colocado a linguagem a trabalhar. Hoje, em algumas fábricas, podemos fixar dignamente cartazes invertidos aos de outros tempos: ‘Aqui se trabalha. Fale!’”

Paolo Virno

A descrição de Virno define o caráter da radical mudança que se processou no mundo do trabalho nos últimos anos. O capital em seu novo estágio de acumulação adotou uma cruzada contra o caráter monológico do trabalho. O que antes era ocultado agora precisa vir à superfície, o que não era valorizado, enquanto ação individual ou grupal para melhorar o processo produtivo, tornou-se central na nova forma de organizar o trabalho.

No capitalismo clássico, o trabalhador é encerrado em uma “jaula de ferro”, expressão de Weber, reapropriada por Sennett (2006). As suas características pessoais são desconsideradas, o seu conhecimento é desqualificado, o seu saber não é reconhecido e a sua subjetividade é dispensada. O trabalhador entra no processo produtivo como um “acessório da oficina capitalista” descreve Marx (1985 vol. I: 283). Na fábrica, ele se torna um numerário, sem rosto e sem fruição a ser manifestada. A sua energia física é consumida, o seu tempo de trabalho é roubado e o seu conhecimento, quando exigido, é usurpado. Coisificado e assujeitado, assim é o trabalhador da sociedade industrial. Assim como a mercadoria, produto do trabalho fordista é estandardizada, o trabalhador também é estandardizado.

Em contraponto ao trabalhador calado do modo de produção do capitalismo fordista, o capitalismo cognitivo, em sua versão pós-industrial, demanda um trabalhador comunicativo. Agora se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explicita, apresente idéias. “É a alma do operário que deve descer na oficina”, afirmam Lazzarato e Negri (2001) acerca da nova exigência do capital. É a sua personalidade, a sua subjetividade que deve ser organizada e comandada.

Assiste-se a uma ruptura da concepção de trabalho da sociedade industrial. Na sociedade fordista do capitalismo industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as máquinas as executem. A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina. Há um limite interposto pelo ‘saber morto’ objetivado na máquina que bloqueia a possibilidade do ‘saber vivo’ do operário. Na sociedade industrial da manufatura e do fordismo, a relação com a produção faz-se silenciosamente, pois a máquina-ferramenta não permite uma interação colaborativa.

Agora, com a introdução das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação (NTCI), as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Trata-se do que Corsani (2003) denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos”. É nesse sentido que a forma de trabalhar associada ao capitalismo cognitivo é vista como a passagem de uma lógica da reprodução para uma lógica da inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção.

Se no capitalismo industrial há rigidez, uniformidade e padronização no modo produtivo e demanda-se um trabalhador especializado, fragmentado, parcelizado e não qualificado, no capitalismo cognitivo, pede-se um trabalhador comunicativo, participativo, polivalente, flexível, capaz de realizar múltiplas tarefas que, com o seu conhecimento enriqueça o processo produtivo e faça da comunicação com os outros um recurso permanente. A sociedade industrial cindiu o trabalhador, o seu todo corpóreo, mente e corpo, e reduziu-o a uma máquina produtiva. O modelo fordista do trabalho é exemplar na demonstração da cisão do todo corpóreo do trabalhador, onde a inteligibilidade, a qualidade intelectual, é um recurso pouco aproveitado. Houve uma separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho de criação e o trabalho de consecução.

Hoje, essa concepção de produção está sendo superada. O conceito de força de trabalho, na sociedade pós-industrial, retoma a essência do seu significado, ou seja, a compreensão de que a força de trabalho é um todo corpóreo, reúne todas as faculdades, da força física à competência lingüística. Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Ao capital da sociedade pós-industrial interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si, como parte integrante de uma capacidade produtiva maior, que se reúne no *intellect generall* – o cérebro social de que fala Marx. São o conhecimento, a competência lingüística, a cooperação singular que agregam valor ao processo produtivo. Como destaca Vercellone (2005: 20), “a maior transformação que, após a crise do fordismo, marca uma saída do capitalismo industrial, encontra-se precisamente no forte retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho”. Mais do que nunca, o capital procura reconciliar o que um dia foi separado, tornar único o todo do trabalhador, reunir as suas aptidões físicas com a sua “vida da mente” como diz Virno (2002). A “vida da mente” é cada vez mais solicitada no envolvimento com o cotidiano do chão de fábrica.

Em síntese, a sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado, pela reincidência diuturna a que é submetido num processo produtivo estandardizado e pela negação de suas características pessoais, subjetivas. Essa sociedade, entretanto, está em reviravolta, embora ainda homogênea, a essência da sua forma de organizar a produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo. Estamos transitando da sociedade industrial, fordista, para a sociedade pós-industrial, pós-fordista, e o trabalho, o sujeito do trabalho e a subjetividade manifesta no trabalho passam por mutações significativas. Assim como a Revolução Industrial foi o gérmen de um novo tempo, a sociedade pós-industrial anuncia uma tendência que tende a tornar-se hegemônica.

A marca distintiva, que caracteriza a sociedade pós-industrial ou pós-fordista, é a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. O trabalho imaterial ainda não se apresenta hegemônico quantitativamente, mas já o é qualitativamente, ou seja, ele não se encontra disseminado e ainda não é uma realidade na maioria das atividades laborais, entretanto ele ocupa um lugar cada vez mais central e decisivo no conjunto das forças produtivas. É ele que “puxa”

extensas cadeias produtivas. Poder-se-ia afirmar que o trabalho imaterial se encontra hoje em posição semelhante a que estava o trabalho industrial há 150 anos. Na sociedade pós-industrial, o conhecimento, a comunicação e a cooperação (Negri/Hardt: 2001), ativados sobretudo pela Revolução Informacional, mas não apenas, passam a ser considerados os principais recursos demandados ao sujeito do trabalho, algo que na sociedade industrial era renegado.

A nova forma de organizar o trabalho colocou no centro do processo produtivo os recursos imateriais. A lógica do capital é apropriar-se desses recursos que se desenvolvem como qualidades subjetivas e subordiná-las a sua dinâmica produtiva. Por outro lado, o trabalho imaterial, segundo Negri (2001), Virno (2002) e Gorz (2005), entre outros, revela que as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas, emergem das energias produtivas do próprio trabalho, ou seja, o sujeito do trabalho joga um papel decisivo como parte integrante da própria forma de organizar o trabalho.

A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvolver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir. Na nova forma de organizar o trabalho são solicitados, aos trabalhadores, os requisitos da mobilidade, da flexibilidade, da adaptabilidade, a capacidade de interação, de disposição lingüística, o talento comunicativo. O trabalho requer um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

Se na sociedade industrial, o trabalho situa-se fora do operário e encerrada a jornada, o trabalho fica na fábrica; agora, o trabalho subsume toda a pessoa, invade todo o seu ser, não é mais exterior, mas foi interiorizado, é constitutivo ao operário. O tempo do não trabalho confunde-se ao tempo do trabalho, ocorrendo uma mudança na relação do sujeito com a produção e o seu próprio tempo. É nesta perspectiva que se pode falar que o trabalho imaterial se contrapõe à teoria marxiana da mais-valia ou, antes de tudo, exige uma atualização de sua teoria. A novidade está relacionada aos parâmetros utilizados para definir o valor de uma mercadoria. Na teoria marxiana, o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho despendido para produzi-la, mais especificamente, a média do tempo utilizado de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. No trabalho imaterial, o tempo de trabalho já não é necessariamente medido, pois tempo de trabalho e tempo de não trabalho confundem-se, sua linha divisória é tênue.

O *plus* do trabalhador ativado por seus recursos imateriais é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho. O modo produtivo pós-industrial requer o engajamento do trabalhador, que ele hipoteque sua subjetividade no trabalho. Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas a sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida, e a ela dedique o melhor de suas energias físicas e intelectuais. Como diz Linhart (2007: 09), “os administradores pedem para seus funcionários serem os militantes incondicionais da empresa, mostrando lealdade, disponibilidade, além de competência”.

Na sociedade pós-industrial, assiste-se a uma transformação do sujeito na sua relação com o trabalho. Sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, emerge uma outra subjetividade, que ao mesmo tempo em que é

requerida pelo capital, apresenta traços de certa autonomia. O valor do trabalho, na sociedade pós-industrial, apresenta-se cada vez mais de forma biopolítica. O capital investe cada vez mais no indivíduo e não no coletivo, investe na crescente individualização do trabalho, explora as capacidades cognitivas de cada um, e o singular – aquilo que é próprio do sujeito do trabalhador, suas qualidades pessoais – assume o caráter do diferencial nos ganhos de produtividade.

O capital investe na *bios* – na vida – do trabalhador e, também por isso, se afirma que a resposta à dominação pode ser biopolítica no sentido foucaultiano, ou seja, as mesmas capacidades ativadas pelo capital podem voltar-se contra ele. Se por um lado é na *bios* – na vida do trabalhador – que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada operário na perspectiva de que esses recursos sejam disponibilizados ao capital, por outro, eles também assumem um caráter permanente de produção de si, isto é, essa mesma subjetividade prescrita pelo capital, também resulta em “produção de si”, e é nesse sentido que se fala que a produção é biopolítica – carrega consigo elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho.

É o percurso transitivo da sociedade da disciplina para a sociedade do controle e do conceito do biopoder à biopolítica, que contribui para a análise da gênese da nova forma do capital cognitivo organizar o trabalho. Negri (2003: 180), tomando como referência Foucault, afirma que “o sujeito é o produto diferente das diversas tecnologias em jogo em cada época: elas são, ao mesmo tempo, as do conhecimento e do poder. Cada sujeito, é pois, o resultado de uma subjetivação”. O sujeito na perspectiva foucaultiana é aquele, portanto, que se afirma em oposição ao poder dominação; melhor ainda, é aquele que se constitui no antagonismo e no interstício à exploração a que é submetido.

A sociedade disciplinar, própria do capitalismo industrial, foi aquela na qual o comando social, em suas diversas formas, era construída mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se colocar em funcionamento essa sociedade, e assegurar a obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares – aqui entra a fábrica – que estruturam o terreno social e ordenam explicações lógicas adequadas para a ‘razão’ da disciplina. A sociedade industrial serve-se de mecanismos de vigilância hierárquica e de sanções normalizadoras que homogeneízam procedimentos e comportamentos – instaura-se um verdadeiro panóptico social. Espera-se de cada um, e de todos, determinado comportamento. Essa é a ‘jaula de ferro’ de que nos fala Sennett (2006), em alusão a Weber.

Nessa sociedade industrial interessa ao capital, sobretudo, o corpo do trabalhador naquilo que ele reúne de potência produtiva. Esse corpo torna-se um objeto governável, não por seu valor intrínseco, mas porque é o substrato da única coisa que verdadeiramente importa – a força de trabalho como produtora de riquezas, mercadorias. A sociedade disciplinar, para além de um controle sobre o sujeito produtivo, assume também um caráter mais amplo que redundava em um controle sobre a vida, um poder externo que submete a vida a padrões predeterminados. É nesse sentido que Foucault (1999) sofisticava o seu conceito de poder disciplinar e fala em biopoder – o poder sobre a vida. O biopoder “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (Foucault: 1999: 289). O poder disciplinar e o biopoder reforçam-se mutuamente. O poder disciplinar exerce-se sobre os corpos individualizados, já o biopoder encontra-se disseminado e concentra-se no Estado que pretende controlar, administrar e determinar o corpo da população, o corpo social.

Porém, o biopoder se estende, alarga-se e assume o caráter da sociedade de controle, que pode ser caracterizada por uma intensificação dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que

animam “internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes” (Hardt, Negri, 2001: 42-43). A sociedade do controle assume um caráter difuso, já não tem mais necessariamente um centro irradiador que determina e estabelece padrões de conduta. A novidade é que aquilo que antes era prescrito por um poder normatizador, passa a ser assumido pelo conjunto da sociedade, é internalizado. Se na sociedade disciplinar, o modelo do panóptico é hegemônico e significa que todos estão sendo vigiados, na sociedade do controle esta vigilância torna-se difusa.

A sociedade disciplinar manifesta-se essencialmente a partir de referências institucionais claras: o quartel, a escola, a fábrica. A sociedade do controle, por sua vez, está em todos os lugares ao mesmo tempo. Na sociedade pós-industrial, o poder sobre a vida, o biopoder é exercido não mais de cima para baixo, mas de baixo para cima. A sociedade do controle assume a expectativa de que os indivíduos internalizem atitudes, condutas e comportamentos. É com isso que o capital conta. Não é mais necessário prescrever condutas, normas, procedimentos de fora para dentro. Espera-se que o próprio indivíduo assuma para si, como responsabilidade individual, aquilo que anteriormente era imposto, que a disciplina seja incorporada de forma “espontânea”. A sociedade do controle diz respeito a uma transferência de responsabilidades. Exemplifiquemos: nas modernas fábricas da sociedade pós-industrial, o desenvolvimento da atividade laboral não é mais necessariamente imposto, sugere-se que seja auto-imposto. Não se tem mais o supervisor, espera-se agora que cada um controle o seu trabalho. O mesmo vale para o conceito de qualidade total: não é o outro que inspeciona o que produz, mas a cada um é exigida a responsabilidade pela qualidade do que produz. Ainda mais: as empresas procuram fazer com que a sua missão seja internalizada individualmente pelos trabalhadores.

A sociedade do controle, porém, revela-se também como a transição do biopoder para a biopolítica. A biopolítica é uma resposta ao biopoder. A extensão dos biopoderes “abre uma resposta biopolítica da sociedade: não mais os poderes sobre a vida, mas potência da vida como resposta a esses poderes; em suma, isso abre à insurreição e à proliferação da liberdade, à produção de subjetividade e à invenção de novas formas de luta” (Negri, 2007). Destaque-se, contudo, que o conceito de biopolítica apresenta uma complexidade hermenêutica. Segundo Virno (2002), o termo biopolítica foi introduzido por Foucault em alguns de seus cursos dos anos 70 no *Collège de France*. O conceito, utilizado por Foucault em uma conferência na Universidade da Bahia, em 1981, sustenta que “a descoberta da população, e ao mesmo tempo, a descoberta do indivíduo e do corpo manipulável apresentam-se como nó tecnológico específico ao redor do qual os processos políticos do Ocidente se transformaram. Nesse momento inventou-se também aquela que, em oposição à anatomopolítica [tecnologias de adestramento do indivíduo e do corpo], denomina-se biopolítica” (Foucault *apud* Negri, 2003: 104). Originalmente, então, biopolítica é empregada como “ciência de polícia”, ou seja, a manutenção da ordem social. Aqui o conceito ainda guarda proximidade com o de biopoder. Mais tarde, é utilizado por Foucault como a representação de uma tecitura geral que concerne à relação total entre Estado e sociedade. Dessa aparente contradição, pergunta Negri (2003: 106) “precisamos pensar a biopolítica como conjunto de biopoderes que derivam da atividade de governo, ou pelo contrário, na medida em que o poder investiu a vida, a vida também se torna um poder?”. O autor, a partir da (re)leitura de Deleuze do próprio Foucault, inclina-se a interpretar a biopolítica com um poder que se expressa pela própria vida, não somente no trabalho e na linguagem, mas também nos corpos, nos afetos, nos desejos da sexualidade. Tem-se aqui uma distinção entre biopoder e biopolítica: “Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder. Contrariamente, fala-se em biopolítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é de baixo” (Negri, 2003: 107), ou ainda, “denomina-se biopoder identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto

biopolítico ou de biopolítica quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de saber. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou contexto biopolítico pensando no complexo de resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos de poder (Negri, 2003: 107-108).

Quando relacionado ao tema do trabalho, Negri e Hardt (2005: 135) afirmam que o “biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”. Algo semelhante afirma Gorz (2005), quando diz que trabalhar é produzir-se. Quando se pensa, portanto, no trabalho na sociedade pós-fordista, e particularmente sob a hegemonia do trabalho imaterial, a força de trabalho já não é mais conduzida apenas pelo biopoder, mas se manifesta também como biopolítica. Ao requerer o engajamento do trabalhador, o comprometimento da sua subjetividade, no processo produtivo e procurar colocá-lo sob sua dinâmica (biopoder), produz-se também a biopolítica, ou seja, a subjetividade prescrita transforma-se também em produção de subjetividade. E, é essa subjetividade, produzida nas singularidades, que permite a produção do comum (*the common*), base da *multidão*,

Quer-se dizer que a nova forma de organizar o trabalho abre a possibilidade da conquista de uma autonomia maior, uma vez que os recursos imateriais, disponibilizados no processo produtivo são também ganhos e aquisição dos próprios trabalhadores. Como destaca Negri (2003: 263), o valor do trabalho, na sociedade pós-industrial, apresenta-se de forma biopolítica, no sentido de que “viver e produzir tornaram-se uma só coisa, e o tempo de vida e o da produção se hibridaram sempre mais”. A forma de organizar o trabalho, na sociedade pós-industrial/pós-fordista, traz dentro de si o antagonismo que pode fundar as novas lutas sociais. O trabalhador pós-fordista, ao entrar no processo de produção, não se apresenta apenas como possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida – ou seja, capacidades predeterminadas impostas pelo empregador –, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir.

A produção de capital é hoje em dia também produção da vida social – produção de biopolítica. Na medida em que o capital instiga o trabalhador a disponibilizar todos os seus recursos (lingüísticos, de comunicação, de interação, de cooperação) com o objetivo de subordiná-los à sua lógica, tem-se também um processo inverso. Esses mesmos recursos servem aos trabalhadores para o seu crescimento pessoal e para o enriquecimento de suas relações sociais, logo, assim, como servem ao capital, criam mecanismos de resistência a ele.

Por outro lado, são os recursos imateriais – o conhecimento, a comunicação e a cooperação, que dão conteúdo ao *comum*, isto é, a multiplicidade de atividades sempre mais cooperativas dentro do processo de produção. Como afirmam Negri e Hardt (2005: 195), “o aspecto central do paradigma da produção imaterial que precisamos apreender é a sua relação íntima com a cooperação, a colaboração e a comunicação – em suma, sua fundamentação no *comum*”. O *comum* seria aquilo que pode ser identificado em cada trabalhador, mas também no conjunto deles, aquilo que é partilhado.

O processo produtivo da fábrica pós-fordista, com todas as contradições que encerra, vale-se de uma tendência de exploração das potencialidades singulares dos trabalhadores, a capacidade cognitiva, colaborativa e relacional é ativada na produção através de arranjos institucionais (reuniões, grupos de discussão, troca de informações) e arranjos produtivos (máquinas que demandam atualização e acréscimos). É nesse sentido que se pode falar que os trabalhadores são

individualizados e o *plus* que cada um disponibiliza, somado aos dos outros, cria uma base produtiva comum.

É esse *comum* que é explorado pelo capital, que se manifesta como “expropriação por parte do capital do excedente expressivo e da cooperação do trabalho vivo” (Negri, 2003: 256). Esse mesmo *comum*, entretanto, acionado pelo capital, pode ser a base de outra lógica: o *comum* não apenas como fundamento do capital, mas como sustentáculo de um projeto de emancipação dos trabalhadores naquilo que diz respeito aos seus interesses. É no *comum* que se encontra a base de exploração, mas ao mesmo tempo, a subjetividade de resistência que se configura na *multidão*.

O *comum* é a base da *multidão*. É a multiplicidade de subjetividades que dá conteúdo à *multidão*. A *multidão* designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em *comum*. Segundo Negri e Hardt (2005: 140) “é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum”. Embora se mantenha múltipla e internamente diferente, a *multidão* é capaz de agir em *comum*. É nesse sentido que os autores defendem a idéia de que “a *multidão* é um conceito de classe” (Hardt/Negri, 2005: 143). Trabalhadores e capitalistas chocam-se na produção social, “porque os trabalhadores [a *multidão*] representam o comum [a cooperação], enquanto os capitalistas [o poder] representam as múltiplas – mas sempre ferozes – vias da apropriação privada” (Negri, 2003: 267).

Destaque-se que todos os aspectos da exploração do trabalho contidos na sociedade industrial continuam presentes, e até mesmo pode-se afirmar que a intensificação no trabalho é superior ao período anterior. Porém, a produção biopolítica – de um capital que investe na vida, no corpo físico e intelectual do trabalhador – é portadora das possibilidades de uma subjetividade que pode recolocar a luta social em outro patamar. A classe, no caso, transforma-se em *multidão*, porque a possibilidade de superação e oposição ao capital far-se-á cada vez mais pela capacidade dos trabalhadores tornarem *comum* – num projeto coletivo – os recursos imateriais que hoje são apropriados e/ou expropriados pelos donos do capital. Aqui reside um potencial enorme de alargamento de uma subjetividade emancipatória.

Artigo recebido em 18/06/2009 e aprovado em 30/07/2009.

Referências

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipóteses do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 15-32.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GORZ, André. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.

- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.
- LINHART, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital* - vol. I, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. A bioprodução. O capitalismo cognitivo produz conhecimento por meio de conhecimento e vida por meio de vida. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p. 13-15.
- NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- NEGRI, Antonio. (2007). *Une contribution sur Foucault*. Disponível em <<http://seminaire.samizdat.net/Une-contribution-sur-Foucault.html>> Acessado em: 04-04-2008.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.
- REVEL, Judith. Uma subjetividade que jamais cessa de inventar-se a si própria. In: Michel Foucault – 80 anos. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VI, n. 203, 2006, p.20-27.
- RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. *Il postfordismo*. Milão: Etaslibri, 1998.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.
- VERCELLONE, Carlo. Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano IV, n. 161, 2005, p.17-21.
- VIRNO, Paolo. *Grammaire de la multitude*. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.
- VIRNO, Paolo. O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, 2005, ano IV, n. 161, p. 4-10.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967